

## TRABALHANDO QUESTÕES GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Cristiane Ambrós Guerch (Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos)

Janete Maria do Conto (Instituto Federal Farroupilha)

### RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica está presente em todo o país há mais de cem anos e exerce o papel de protagonista na formação de cidadãos críticos, autônomos, além de refletir sobre políticas públicas de respeito às diversidades. Neste ínterim é que o Instituto Federal Farroupilha buscou ferramentas para subsidiar professores a trabalhar essas temáticas dentro do ambiente escolar. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo relatar as atuações realizadas pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual a partir de ações desenvolvidas nos Campi que compõem essa instituição, seja através das formações de professores ou desenvolvimento de projetos com a comunidade escolar e externa. Assim, trata-se de fomentar não apenas a inserção das temáticas de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar mas, promover o respeito e tolerância social. Para desenvolver este artigo foram utilizados pesquisa bibliográfica e documental, além do embasamento legal e regulamentos internos da Instituição. Portanto, com este artigo é possível vislumbrar o panorama geral das políticas públicas e de que forma a Educação Profissional e Tecnológica contribui dentro de seu espaço escolar com atitudes que de fato promovam mudanças sociais e comportamentais do público atingido pelo artigo.

**Palavras-chaves:** Diversidade sexual; Educação Profissional; Gênero.

### INTRODUÇÃO

Estamos inseridos em um mundo global e muito diverso, fruto de mudanças estruturais, econômicas, políticas e sociais, as quais impactam muito em nosso cotidiano e nas relações que fazemos.

Nesse sentido, pensando-se que uma grande parte de nosso tempo é dedicado ao ambiente acadêmico, este muitas vezes sendo refúgio e segundo lar, é que este trabalho vem transmitir um pouco da contribuição que a Educação Profissional e Tecnológica traz para este universo tão vasto que é a educação

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de  
Teoria e Prática  
da Educação



brasileira e, inserido nesta, questões tão importantes quando se pensa a igualdade de todos e acesso irrestrito aos ambientes educacionais.

A partir disso, o presente artigo fará um breve histórico acerca da Educação Profissional e Tecnológica a qual, com mais de cem anos de existência, muito modificou suas definições e tem atualmente uma relevância enorme dentro das políticas educacionais do país.

Ainda, contextualizando as experiências vividas, o local de análise será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, concentrado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, com a reitoria em Santa Maria, e que a partir de seu contexto Institucional e normativas, nos trará um panorama de suas ações em relação a questões de acesso e inclusão.

Por fim, como cerne do trabalho, após a contextualização histórica e concepções do Instituto Federal Farroupilha, far-se-á um relato acerca da formação do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual e suas proposições efetivas no desenvolvimento e fomento de diálogos, discussões e formações que provocarão a comunidade acadêmica a pensar sobre as questões de gênero e diversidade sexual tão presentes no ambiente escolar e que precisa atenção e ingerência da escola enquanto formadora de cidadãos e também promotora das desigualdades.

Assim, a partir do relato de algumas ações já feitas pelos *Campi* do Instituto Federal Farroupilha é que o presente artigo busca instigar o leitor a pensar como trabalhar as questões de gênero e diversidade dentro da escola, um ambiente tão heterogêneo, mas que suscita de formação e suporte para que os educadores atuem de forma a promover a reflexão e conseguir desenvolver o senso crítico e de tolerância às diversidades.

## 1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Rede Profissional de Ensino Tecnológico teve seu início através do Decreto nº 7.566, de 23 de dezembro de 1909, criado pelo então presidente Nilo Peçanha, o qual determinou a criação das Escolas de Aprendizes Artífices que ofertavam o ensino primário que era destinado a população de baixa renda, o que distinguia os que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de  
Teoria e Prática  
da Educação



tarefas manuais (ensino profissional). (GALVÃO, DOS SANTOS, DE LIMA, NASCIMENTO e LIMA, 2004).

Como salienta MANFREDI (2002), a criação das Escolas de Ofícios era estritamente vinculada à formação técnica e ideológica, reafirmando a concepção de que a educação profissional era destinada à classe trabalhadora (“desvalidos da sorte”) e a educação propedêutica às elites, corroborando uma concepção dual de educação.

“A política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estruturação escolar, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas.” (MANFREDI, 2002, p. 95).

Após a Era Vargas ocorreram alterações nas legislações educacionais, sendo que em 1941, o conjunto de leis orgânicas chamada de Reforma Capanema, remodelou todo o ensino no país, destacando-se o fato de o ensino profissional passava a ser considerado de nível médio e o ingresso nas escolas industriais passava a depender de exames de admissão. (BRASIL, 2009).

Em 1961 o ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, a qual marca profundas mudanças na política de educação profissional.

Após a criação da primeira LDB o Brasil entra em outro período no qual torna técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. (BRASIL, 2009)

Nas décadas de 1980 e 1990 um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços, intensificando a aplicação da tecnologia que se associa a uma nova configuração dos processos de produção. (BRASIL, 2009)

Então em 1996 é promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996) a qual contempla, em um capítulo próprio, a Educação Profissional e Tecnológica, sob o viés de uma educação na ótica dos interesses do capital formando pessoas para o mercado de trabalho (MOURA, 2010; PEREIRA, 2012).

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Ainda, pós LDB de 1996, outros decretos e regulamentações surgem para orientar e instruir a educação profissional e tecnológica, inclusive alguns decretos que marcaram a separação entre educação profissional e a educação básica, sendo um desses decretos o de N.º 2.208/97, que direcionava a educação profissional ao mercado de trabalho, à formação de competências, rompendo a educação profissional com a educação básica.

Tem-se aqui um retrocesso de concepção da Educação Profissional e Tecnológica, voltando ao viés do cerne de sua criação, apenas formando mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Somente na próxima década, em 2004, que o Decreto N.º 5.154/2004 legitima a possibilidade de integrar a educação básica à educação profissional no nível médio, revogando assim o Decreto n. 2.208/1997.

Tem-se no Decreto nº 5.154/2004 uma nova concepção, trazendo a integração entre trabalho e educação, pilares chave da EPT.

“Art. 2º: A educação profissional observará as seguintes premissas:  
I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócioocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

Trata-se, pois, de remodelar a EPT, reconhecendo-a como educação formadora não apenas de trabalhadores, mas de cidadãos articulados com diversas áreas do conhecimento, propondo uma mudança estrutural e ideológica.

Então, após toda essa trajetória histórica, no ano de 2008 ocorreu o marco da Educação Profissional e Tecnológica com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a qual indica quais os Institutos Federais serão criados, suas finalidades, características, objetivos e estrutura organizacional.

PACHECO (2011) assim descreve os Institutos:

“Os Institutos não foram criados para formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música, tão cultivada em muitas de nossas escolas, deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de

Realização:



Apoio:





inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva devem ser objeto de estudo na Rede Federal". (PACHECO, 2011 p. 11)

Desta forma, após nove anos da criação dos Institutos Federais muito a educação brasileira tem a comemorar em termos de avanços e possibilidades de acesso ao Ensino Profissional e Superior, sendo os Institutos Federais um braço forte dentro da EPT que após um século de existência deixa frutos de uma formação humana e cidadã.

## 2 O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar – foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. (PDI, 2014 - 2018, p. 14)

De acordo com a lei de sua criação, o IFFar é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Equiparados às universidades, os institutos são instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária. (PDI, 2014-2018, p. 14)

Atualmente o IFFar é composto pelas seguintes unidades administrativas: Campus Alegrete; Campus Frederico Westphalen; Campus Jaguari; Campus Júlio de Castilhos; Campus Panambi; Campus Santa Rosa; Campus Santo Ângelo; Campus Santo Augusto; Campus São Borja; Campus São Vicente do Sul; Campus Avançado Uruguaiana; Polos de Educação a Distância e Centros de Referência.

Imbuído de seu papel de formação de cidadãos críticos e autônomos, a partir de sua lei de criação, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) é uma instituição de ensino pública e gratuita e, em atenção aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de  
Teoria e Prática  
da Educação







técnicos de nível médio (presenciais e a distância) e cursos de graduação e pós-graduação, proporcionando a verticalização do ensino. (PDI, 2014-2018, p. 15)

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018, p.15) no Instituto Federal Farroupilha, o ensino tem ênfase na integração de uma formação geral, com princípios humanistas e de base cultural ampla, partindo de contextos regionais, e de uma formação voltada para o trabalho. Concretiza-se em Cursos de Formação Inicial Continuada, Educação Básica Integrada à Educação Profissional, PROEJA, Cursos Técnicos Subsequentes, Cursos Superiores de Graduação e Tecnológicos, Pós-Graduação e Cursos de Extensão, todos atendendo, preferencialmente, às necessidades locais e regionais.

Ainda, possui como missão: “Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável”. (PDI, 2014-2018, p. 23)

Nesse sentido, partindo-se da missão institucional que busca formação integral do cidadão que o IFFar através de ações pontuais e em conjunto com as Pró-Reitorias e *Campi* buscam promover o acesso de todos à Instituição, desenvolvendo ações que busquem contribuir para a igualdade dos envolvidos e busca de uma unidade institucional e respeito a todos e as diversidades, alicerçada nos valores éticos, morais e de respeito.

### **3 NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDIS)**

A partir de suas concepções fundantes e comprometida com seu papel formativo de cidadãos autônomos e críticos é que o Instituto Federal Farroupilha, através da Pró-reitoria de Ensino e demais Coordenações a ela ligadas se engaja na promoção de ações que possibilitem a discussão e inserção de temáticas latentes do cotidiano escolar e que precisam de um olhar todo especial.

Nesse sentido, buscando uma melhor organização e gerenciamento de ações e projetos, através de regulamentos e instruções internas é que a Instituição consegue melhor se estruturar para oferecer ações sistêmicas e que trarão impacto para a comunidade escolar.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de  
Teoria e Prática  
da Educação





A partir disso, a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) inicia o trabalho de entrelaçamento de Núcleos que darão conta de tratar, instigar e movimentar ações que “provoquem” os estudantes e comunidade escolar a pensar e refletir sobre a sociedade que se vive e suas diversidades.

A Resolução do Conselho Superior do IFFar nº 015/2014 quando aprova o Regimento da Coordenação das Ações Inclusivas do Instituto Federal Farroupilha começa então a ordenar as ações, a partir do ditame de prerrogativas e princípios básicos de funcionamento de uma Coordenação de extrema importância a nível Institucional quando ela possui por fundamentos básicos, princípios e atribuições:

“1 – Assessora no planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como na implementação das políticas de ensino que viabilizem a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis, formas e modalidades da educação profissional técnica e tecnológica, atendendo princípios da legalidade e eticidade, norteada pelo regimento geral e estatutário do Instituto Federal Farroupilha.” (Resolução 015/2014, art. 1º)

Tem-se aqui um leque gigantesco de abrangência do CAI, demonstrando que as ações para de fato terem efeitos precisam estar articuladas com os processos de ensino-aprendizagem, fazendo um entrelaçamento entre as ações pedagógicas e o fazer diário.

Desta forma, a partir da Coordenação de Ações Inclusivas, a qual abraça o Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) é que foi sendo necessário, com o passar do tempo, um novo grupo de trabalho que atuasse com outra esfera das relações sociais, qual seja, as diversidades, tão presentes no ambiente escolar.

Então, pensando em realizar uma educação transformadora, resignificadora, o Instituto Federal Farroupilha cria o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) através da Resolução do Conselho Superior nº 023/2016, inserindo este dentro do contexto de Ações Inclusivas Institucionais, atendendo a demanda já presente dentro do cotidiano escolar e que precisa ser enxergada e melhor trabalhada e estudada.

Sobre isso, LOURO (1997, p. 57) refere:

“Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos —

Realização:



Apoio:



tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.”

Trata-se, pois, de aceitar a escolar em sua dinamicidade e pluralidade de etnias, religiões, padrões econômicos-sociais, gênero e diversidade sexual, sendo papel das Instituições de Ensino, as quais também promovem as desigualdades, despertar um olhar responsável e de tolerância.

Sobre isso, no IFFar, antes as questões de gênero e diversidade poderiam ser trabalhadas dentro dos Currículos da Educação Profissional de Nível Médio, embasada nas Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha (Resolução CNE nº06/2012) na forma que seguia:

“São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio a serem seguidos no IF Farroupilha: (...) XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo, previsto no PPC e de acordo com as Ações Inclusivas desenvolvidas pelo IF Farroupilha.” (PDI, 2014-2018, p. 68)

Ou então porque o IFFar em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional priorizará ações voltadas aos seguintes grupos: (PDI, 2014-2018, p.161)

I - pessoas com deficiência: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico- motora, múltiplas deficiências e altas habilidades/superdotação, para promover sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino. II - gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à AIDS, à gravidez na infância e na adolescência, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política. III - étnica: dar ênfase às ações afirmativas para a inclusão das populações afro-descendentes e da comunidade indígena, em todos os setores; valorização da diversidade de culturas. (...)”

Outrossim, eram muito abertas as possibilidades de se tratar questões de gênero e diversidade dentro da Instituição, ficando muitas vezes sujeita a disponibilidade de algum docente ou grupo de docentes que se habilitasse para tratar essas questões.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação







Desta forma, isso hoje foi ampliado e organizado por meio de uma Resolução que legitima um grupo que pensará ações de promoção de respeito e tolerância às diversidades e instigará na comunidade acadêmica a busca por conhecimento e apropriação de saberes que desenvolverão atitudes de busca de igualdade e respeito, “desenvolvendo políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, e proporcionar espaços para debates, vivências e reflexões referentes às questões de gênero e diversidade sexual”. (Art. 55 Resolução 015/2014).

Aliado a isso, tem-se como ponto muito positivo neste processo é que o NUGEDIS possui uma constituição mínima de membros, prevista na Resolução que o criou, contemplando todos os segmentos da Instituição (Docentes/Técnicos-Administrativos em Educação e Discentes) fortalecendo a ideia de que todos os envolvidos no cotidiano escolar são educadores, independente da função que desempenham.

Então, a partir de suas finalidades o NUGEDIS existe em todos os Campi do IFFar desenvolvendo ações que promovam essas finalidades e despertem na comunidade acadêmica o interesse pelo assunto, estando entre suas principais atribuições, conforme Art. 64 da Resolução CONSUP nº 015/2014, incluído pela Resolução CONSUP nº 023;2016:

“I - promover e consolidar o Art. 3º da Constituição Federal, afirmando a igualdade entre homens e mulheres como preceito constitucional; II – promover a implantação e consolidação de políticas inclusivas de gênero e diversidade sexual nos *Campi* do IFFar; III – Promover cursos de formação continuada à comunidade acadêmica interna e externa sobre assuntos relacionados às temáticas de gênero e diversidade sexual; (...) VI – Articular os diversos setores da instituição para a promoção e atenção às questões de gênero e diversidade sexual; (...) VIII – Propor, elaborar, executar e avaliar ações para a promoção do conhecimento e da valorização das temáticas de gênero e diversidade sexual; IX – proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual na comunidade interna e externa; (...) XIII – participar dos debates que tratam do acesso, permanência e conclusão com êxitos dos discentes do IFFar de modo a garantir o respeito as diferenças e promoção de equidade, evitando segregações e binarismos; XIV – trabalhar articulado com demais núcleos”.

Desta forma, a partir de tantos verbos núcleos: “promover, articular, elaborar, executar, avaliar, participar” é que os *Campi* então começaram a se organizar e desenvolver ações que vão ao encontro das políticas nacionais de acesso e

REALIZAÇÃO:



APOIO:





permanência dos alunos, a partir da perspectiva inclusiva e garantindo que as finalidades do NUGEDIS possam ser atingidas.

Sobre isso, cita-se: palestras informativas dos conceitos básicos de gênero e diversidade sexual com diferentes segmentos acadêmicos e níveis de ensino (Médio integrado; Subsequente e Graduação); ações de formação com alunos dos cursos de Licenciaturas para então contribuir com sua formação inicial e já prepara-los para essas questões que estarão presentes no cotidiano das escolas; criação de grupos de pesquisa sobre os temas, aprofundamento os estudos e dando maior subsídio para as discussões; palestras sobre temas como: feminismo, gênero, direitos humanos e outros; formação com profissionais que pesquisam sobre o tema e outros.

Assim, a partir de um trabalho que se origina de uma organização e sistematização de ações é que o NUGEDIS vem crescendo dentro do Instituto Federal Farroupilha e contribuindo para a disseminação de uma cultura de paz e promoção de tolerâncias, subsidiando os envolvidos para que saibam como trabalhar essas questões e promovendo multiplicadores de ideias de respeito e conscientização seja por meio de ações e, principalmente, desconstruindo pré-conceitos culturalmente aceitos e retrógrados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do enredo supracitado fica evidente que a Educação Profissional e Tecnológica, a partir de seu alcance nacional e multiregional, é meio de promoção de políticas de acesso e permanência de discentes, sendo acolhedora das diversidades.

Isso porque quando se percebe a escola como espaço de cidadania e respeito, aceitando sua pluralidade é que educadores e educandos conseguem articular maneiras de promover discussões e assegurar um processo educativo que seja eficaz no combate a discriminações e promova o reconhecimento de igualdades e cidadania.

O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual é um exemplo de ferramenta organizada, sistematizada e que por ter em sua essência pessoas que a ele se integram por livre arbítrio é que as atitudes por ele promovidas acabam atingindo

Realização:



Apoio:



muito mais pessoas e despertando o interesse pelos assuntos de Gênero e Diversidade Sexual. Isso porque, sendo a escola local de construção de identidades e trajetórias, precisa estar aberta a todos e construir-se em um contexto onde todos os envolvidos no processo educacional sejam percebidos, sentindo-se parte do conjunto.

Assim, fundamental que na educação se entenda que as Instituições de Ensino possuem papel na produção de igualdade/diversidade, busca de identidades e afirmações sociais, sendo a organização de grupos e/ou núcleos meio eficaz e sistematizado na orientação e desenvolvimento de ações que contribuirão para que não se reforcem preconceitos e estereótipos postos pela sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais do estado, Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 20 de mar 2017.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 abril 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm). Acesso em: 20 mar 2017.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 Jul. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 20 mar 2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 mar 2017.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 20 mar 2017.

Realização:



Apoio:





BRASIL, Ministério da Educação. Linha do Tempo da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso em 01 abr 2017.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio integrado: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 175 p.

GALVÃO, D. DOS SANTOS, E.N., DE LIMA, J.F., NASCIMENTO, M.A.; e LIMA, M.G.R. A metamorfose da educação profissional no Brasil: reflexões sobre a práxis pedagógica frente aos desafios da sociedade contemporânea. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/403/433>. Acesso em 20 mar 2017.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHAL. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Disponível em:

[http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015324151055989pdi\\_14\\_18pdf.pdf](http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015324151055989pdi_14_18pdf.pdf). Acesso em 21 mar 2017.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Resolução do Conselho Superior nº 015/2014. Disponível em: <http://www.iffarroupilha.edu.br/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas>. Acesso em 22 mar 2017.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997. ISBN 85.326.1862-6.

MANDREDI, S. M. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. 317 p.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In.: MOLL, J. (Coord.) Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p. PEREIRA, I. B. Educação Profissional. In.: CALDART, R. S.;

PACHECO, Elezzer (org.). Instituto Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília, 2011. Editora Moderna. ISBN 978-85-16-07375-6.

SEFFNER, F.; PICCHETTI, Y. P. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, Jan./Abr. 2016.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade Sexual e de Gênero: a construção do sujeito social. Rev. NUFEN [online]. v.5, n.1, Janeiro-Julho, 12-25, 2013. ISSN 2175-2591.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação





## WORKING ON GENDER AND SEXUAL DIVERSITY IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

### ABSTRACT

Professional and Technological Education has been present throughout the country for more than a hundred years and plays a leading role in the formation of critical, autonomous citizens, as well as reflecting on public policies regarding respect for diversity. This context, the Federal Institute Farroupilha has sought tools to subsidize teachers to work on these issues within the school environment. Thus, the purpose of this article is to report on the activities carried out by the Gender and Sexual Diversity Center based on actions developed in the Campuses that make up this institution, either through teacher training or project development with the school and external community. So, it is a question of promoting not only the insertion of the themes of gender and sexual diversity in the school environment, but also of promoting respect and social tolerance. To develop this article were used bibliographic and documentary research, in addition to the legal basis and internal regulations of the Institution. Therefore, with this article it is possible to glimpse the general panorama of the public policies and how the Professional and Technological Education contributes within its school space with attitudes that in fact promote social and behavioral changes of the public reached by the article.

**Keywords:** Sexual diversity; Professional education; Genre.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de  
Teoria e Prática  
da Educação

